

As cidades médias e a drenagem da renda regional

Andrecksia Viana Oliveira Sampaio

Professora Assistente do Departamento de Geografia – UESB

Doutoranda em Geografia – Universidade Federal de Sergipe - UFS

Universidade Estadual do sudoeste da Bahia – UESB

viladea@yahoo.com.br

Resumo

Esse artigo faz parte da discussão sobre mobilidade do trabalho, drenagem de renda e produção do espaço regional desenvolvida a partir do Programa de Pós-Graduação em Geografia, em nível de Doutorado da Universidade Federal de Sergipe (UFS). A pesquisa tem por finalidade analisar os rebatimentos ou as implicações da mobilidade do trabalho na produção do espaço na região Sudoeste da Bahia, sendo analisada no interior dos processos sociais. A população brasileira torna-se cada vez mais urbana e as funções das cidades se alteram, pois com as crises econômicas diminui-se o poder de atração das grandes metrópoles, em função da diminuição do emprego urbano e das oportunidades, sobretudo para a população de baixa renda. Essas novas funções contribuem para a especialização funcional das áreas e lugares que leva à intensificação do movimento e à possibilidade crescente das trocas, como também para o reforço do local, pois quanto maior a inserção da ciência e tecnologia, mais aumenta o número, intensidade e qualidade de fluxos que chegam e saem de uma área. A cidade permite, mais do que qualquer outro lugar, a coexistência dos diferentes, albergando uma multiplicidade de redes, fluxos, de conexões, de projetos. Nesse trabalho a discussão baseia-se na importância das cidades médias, caracterizada na pesquisa por Vitória da Conquista - Bahia e as recentes transformações do perfil econômico. A cidade em questão é, na maioria das vezes, um espaço de mediação entre as pequenas cidades e os grandes centros e serve de base de deslocamento para outras cidades dentro da região e outros centros. Funciona, assim, como nó na rede de fluxos de pessoas e mercadorias com destino dentro e fora da região e desempenha o papel de centro de crescimento econômico regional, uma vez que tem como atividade econômica preponderante o setor de comércio e de serviços. A drenagem de renda regional contribui para a produção do espaço urbano de Vitória da Conquista – Bahia principalmente através dos empreendimentos imobiliários destinados a residências e prédios comerciais e de serviços.

Palavras-chaves: Cidades Médias, Drenagem de renda, Centralidade

Introdução

Esse artigo traz como tema principal: As cidades médias e a drenagem de renda regional e tem por objetivo enfatizar a importância das cidades médias, em especial a cidade de Vitória da Conquista - Bahia, considerada como pólo regional, e as recentes transformações do perfil econômico, justificadas, sobretudo, pela drenagem de renda, concentração de serviços como saúde, educação e comércio. Para tanto, será necessário

uma breve contextualização da urbanização brasileira que desencadeou a centralidade dos espaços urbanos. Nesse contexto, se estabelece um equilíbrio relativo entre concentração e dispersão máximas, emergindo as cidades médias que podem ser consideradas como centros de intermediação, adquirindo novos papéis na dinâmica urbana.

A urbanização brasileira: breve contextualização

O processo de urbanização junto à industrialização do território brasileiro foi um evento importante e, sem dúvida, marcou as relações de produção, de trabalho e estreitou as relações entre o campo e a cidade. A urbanização no Brasil tomou um grande impulso a partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980, influenciadas, sobretudo, pela inserção do país nas segunda e terceira Revoluções Industriais. Esse fator ocasionou um aumento em número e tamanho das cidades que teve também seus papéis modificados dentro da dinâmica urbana.

O Brasil passa de um momento (1950) em que as cidades se concentravam no litoral ou próxima a ele e que polarizava as demais regiões, para outro (1990) em que se modificam as estratégias de acumulação de capital numa reestruturação industrial, política e econômica.

A população brasileira torna-se cada vez mais urbana, mas as funções das cidades se alteram, pois com as crises econômicas diminui-se o poder de atração das grandes metrópoles, em função da diminuição do emprego urbano e das oportunidades, sobretudo para a população de baixa renda. Sob esse ponto de vista, não é possível desprezar a representatividade das funções urbanas, do modo como acontece a drenagem da renda agrícola para as cidades e sua influência sobre parte da população rural (ROCHA e PIZZOLATTI, 2005).

Essas novas funções e os novos espaços da globalização contribuem para a especialização funcional das áreas e lugares que levam à intensificação do movimento e à possibilidade crescente das trocas, como também para o reforço do local, na medida em que as informações conectam lugares diversos no mundo e quanto maior a inserção da ciência e tecnologia, mais aumenta o número, intensidade e qualidade de fluxos que chegam e saem de uma área.

A centralidade dos espaços urbanos

O espaço urbano está na centralidade, pois garante a articulação entre forma, função, estrutura e processo, sendo a dinâmica que se constitui como produto, condição e meio para as relações capitalistas de produção (LEFÈVRE 1999). Essa centralidade também se define na articulação de diferentes níveis e escalas, sobretudo quando se compreende a constituição de redes num padrão não necessariamente concêntrico e que possui articulações definidas por fluxos. A definição da centralidade no tecido urbano se dá pelos fluxos de forma dinâmica, mas, também, a centralidade pensada na escala da rede, ambas podendo, conforme características e tempos sobrepor-se. (WHITACKER, 2007).

A permanência de um efeito de atração das cidades é um fato incontestável que se verifica em todo mundo. Pires (2006) salienta que a cidade tornou-se um pólo que conduz ao seu redor outras atividades decorrentes da sua densidade humana, das infra-estruturas que se beneficiam e do poder de compra que representa.

A cidade é território de grandes transformações. A aglomeração no espaço urbano permite a “aceleração do tempo”, ou seja, a “aglomeração/proximidade humana proporcionada pelo espaço urbano favorece e acelera a produção/difusão do novo”. (SPOSITO, E., 2008). Isso leva a uma reflexão:

A cidade possui uma capacidade interna de articular, como sujeito ativo e não apenas como território de ocorrências de contradições, diferentes dinâmicas que, aparentemente, só ocorrem em escalas mais amplas, o que tem conseqüências diretas na cidade e nos fenômenos que nela ocorrem, tendo como sujeito definido aquele que está mais próximo, que pode ter suas manifestações em escalas geográficas mais amplas (SPOSITO, E., 2008, p.32).

A cidade deve ser compreendida como uma totalidade em constantes transformações e as modificações que ocorrem em locais específicos podem acarretar mudanças qualitativas em outras áreas. A cidade permite, mais do que qualquer outro lugar, a coexistência dos diferentes, albergando uma multiplicidade de redes, fluxos, de conexões, de projetos. Portanto, é importante,

enxergar a cidade como uma totalidade, independente do seu tamanho ou de sua localização. Entendê-la como o lugar da produção e reprodução da vida social, enfim, como o lugar da vida, compreendendo o homem em

todas as dimensões da sua existência, além do trabalho e do consumo (ARROYO, 2006, p. 82).

A necessidade de uma visão estratégica da cidade em seu conjunto tornou-se imperativa para enfrentamento da crise social, daí o reconhecimento das cidades como indutoras do crescimento econômico. A cidade sofreu então um duplo processo: sua centralidade implodiu sobre si mesma e sua periferia explodiu sobre o entorno sob a forma de tecido urbano, que acabou por carregar consigo o germe da polis e da civitas. (MONTE-MOR, 2006)

A queda do ritmo de expansão demográfica expressa o esvaziamento econômico e social das cidades grandes, uma vez que elas cresceram, anteriormente, atraindo populações do interior, das pequenas cidades e da zona rural (CLEMENTINO, 2002). A descentralização está também associada ao crescimento da cidade, tanto demográfica como espacialmente, aumentando as distâncias entre a área Central e as novas áreas ocupadas.

As relações entre as áreas centrais e a estruturação de espaços urbanos expressam-se por meio de centralidades que se constituem em diferentes níveis e dimensões e, por esta razão, extrapolam a escala desses espaços. Este processo, dialeticamente, redefine os papéis e as articulações entre as cidades, na rede urbana regional, e são, por esta, modificados e redefinidos, de tal modo que as relações de concorrência e complementaridade tendem a determinar a localização dos meios de consumo coletivo.

As cidades médias

A urbanização diferenciada estabelece uma tensão entre, de um lado, a máxima concentração espacial de atividades produtivas e população e, de outro, a máxima dispersão, refletindo a percepção dos agentes sociais empreendedores para investir capitais lucrativamente ou criar condições de lucros em lugares com perspectivas consideradas promissoras para as novas atividades. Nesse contexto se estabelece um equilíbrio relativo entre concentração e dispersão máximas, emergindo as cidades médias que podem ser assim consideradas:

[...] como um estado transitório e também um lugar central na hierarquia regional que dispõe de expressiva localização relativa, constituindo-se em

foco de vias de circulação e efetivo nó de tráfego, envolvendo pessoas, capitais, informações e expressiva variedade e quantidade de mercadorias e serviços (CORRÊA, 2007, p.29-30).

A partir do final da década de 1970, o governo federal, por meio de políticas públicas de ordenamento territorial, começou a incentivar a criação de novos pólos de desenvolvimento em regiões periféricas, a fim de frear a migração rumo às metrópoles e incentivar o desenvolvimento de cidades de porte médio. Essas medidas governamentais eram de cunho desenvolvimentista e visavam a políticas de regionalização para o país.

Nesse mesmo período e com a crise de acumulação do capital implicando num processo de reestruturação produtiva, as cidades médias revestem-se de novos atributos que cada vez mais se apresentam como não mensuráveis sob os critérios quantitativos rígidos que historicamente consubstanciam a definição desta categoria de cidades. Nesse sentido:

As redefinições atuais dos papéis das cidades médias se embebem de ordens e racionalidades globais e locais que se entrecruzam e se interpenetram visceralmente. Esse movimento atribui então novos papéis aos territórios não-metropolitanos frente ao processo de mundialização do capital, dentre os quais se destacam as cidades médias por apresentarem os requisitos necessários às novas necessidades de alocação do capital (OLIVEIRA JÚNIOR, 2008, p. 210).

A centralidade compreende um princípio de proximidade que resulta na estruturação das cidades médias como área ou região e é fundamental para o fenômeno urbano, segundo Lefèbvre (1999, p.109-124) além de ser a principal característica dessa categoria de cidade, uma vez que nela se apóia o seu poder de articulação entre os diferentes níveis de centro urbanos, a sua atuação como centro de oferta de bens e serviços para sua área de influência e como nó de diferentes tipos de redes, funções que estão no cerne do conceito de centralidade.

A importância de uma cidade média tinha e ainda têm relação direta com a área sobre a qual ela é capaz de exercer influência ou, em outras palavras, a área a partir da qual alguém está disposto a se deslocar e ter acesso ao consumo de bens e serviços. As cidades médias tiveram um aumento de participação nesse sistema urbano à medida que parte das cidades pequenas do país perdeu importância relativa, tanto demográfica como economicamente (SPOSITO et. al. 2007).

Para o desenvolvimento analítico da redefinição da centralidade nas cidades médias, Oliveira Júnior (2008) parte da hipótese de que, nas cidades médias, as novas

áreas centrais são criadas para estas cidades se adaptarem e "atenderem" às mudanças decorrentes da dinâmica econômica a partir da mundialização do capital. Tal fato denota um processo de redefinição dos seus papéis, bem como revela, na maioria dos casos, a não funcionalidade e/ou incapacidade dos centros tradicionais em receber e "atender" às necessidades contemporâneas da reprodução e acumulação do capital, ou seja:

[...] são os novos papéis determinados às cidades médias no processo de mundialização do capital que impelem nestas cidades a necessidade de criar novas áreas centrais, tornando as cidades médias atrativas à localização de novos artefatos ou equipamentos comerciais e de serviços pautados em novos fluxos, materiais e imateriais, de capital e mercadorias que reproduzem novos signos, idéias, valores, contradições, discursos, dentre outros (OLIVEIRA JÚNIOR, 2008, p.217).

Segundo Oliveira Júnior (2008), essas cidades, além de situarem-se em localizações relevantes, possuem requisitos importantes quanto às redes de transporte e comunicação e exercem uma centralidade em nível interurbano sobre determinada contigüidade territorial, atraindo, portanto, consumidores, o que faz com que estes novos investimentos sejam rentáveis economicamente. Estes investimentos, ao se instalarem, reforçam a própria centralidade que estas cidades exercem, fato que inclusive otimiza a reprodução dos novos valores decorrentes da imposição do tempo hegemônico em outros espaços territorialmente descentralizados na rede urbana.

A centralização econômica relaciona-se à concentração e dela se distingue, pois decorre diretamente da luta concorrencial e das vantagens das maiores empresas, por possuírem maiores escalas de produção em relação às menores (SPOSITO, M., 2007).

Do ponto de vista do mercado consumidor, as cidades médias continuam a desempenhar o papel dos pólos para os quais moradores de cidades menores e de áreas rurais estão dispostos a se deslocar em virtude que o tempo para esses deslocamentos tem diminuído, diante das melhorias dos transportes, inclusive, com o aumento de veículos próprios, bem como a frequência das viagens propiciadas pelo sistema de transporte coletivo. Esses fluxos definem-se, assim, no âmbito da região e marcam e são marcadas pela existência de um espaço de continuidade territorial cuja configuração é a de uma área.

A localização dos fixos resulta na forma espacial da cidade. Esta forma remete à realidade percebida e vivida e liga as pessoas às suas práticas cotidianas gerando sistemas complexos (GUSMÃO, 2009). No entanto, a materialidade dos fixos pode

remeter não apenas ao real, mas à subjetividade que se pode perceber de formas diferenciadas ganhando papel simbólico e funcional. É, portanto, definido pela teia de relações com espaços urbanos de maior importância e/ou outros de mesma importância, potencializada pela situação geográfica de uma cidade média, segundo as facilidades para a drenagem da produção regional e para o abastecimento pela entrada de mercadorias, sobretudo industriais, produzidas em outros subespaços, na escala nacional e internacional. Diante do exposto:

[...] é cada vez mais enfatizada a necessidade de que os governos locais, em conjunto com entidades da sociedade civil, interfiram na dinâmica econômica e construam projetos capazes de gerar um maior dinamismo das atividades econômicas e maior redistribuição de riqueza e da renda (CLEMENTINO, 2002, p.122).

As cidades médias têm seus papéis alterados nesse processo e têm em função das situações geográficas mais ou menos favoráveis e atraentes aos investimentos externos e iniciativas de atores locais e regionais, maior ou menor capacidade de se integrarem de forma mais ampla às novas formas de configuração de relações em múltiplas escalas (SPOSITO, M., 2007).

O que define um lugar é, exatamente, objetos e ações com causa e efeito, que formam um contexto e atingem todas as variáveis existentes, internas; e as novas, que se vão internalizar (SANTOS, M., 2008). O lugar está sempre em relação com os outros elementos desse lugar e se diferencia na maneira pela qual os fatores internos resistem aos externos determinando as modalidades do impacto sobre a organização preexistente.

Para captar movimentos que se realizam e/ou expressam na escala local – a das cidades médias – mas, tomando-se como referência relações que se estabelecem com as escalas regional, nacional e internacional, de um lado e de outro, verificando-se decisões e escolhas locais que se realizam por atores econômicos e políticos que não vivem nessas cidades, tem-se que fazer, segundo Sposito, M., (2007) movimentos em espiral, de ida, mas também de volta. O movimento em espiral num sentido da maior capacidade de agir e decidir dos atores econômicos e políticos é necessário e suficiente entender como esses atores se movimentam entre escalas.

Os lugares se distinguem pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é a maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infra-estrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral). Essa eficácia mercantil não

é um dado absoluto do lugar, mas se refere a um determinado produto e não um produto qualquer (SANTOS, M., 2002).

O espaço polarizado que se organiza em torno de uma cidade é uma região (KAYSER, 1980) e destaca a força centrípeta exercida pela cidade, que ocorreu em função da progressiva concentração espacial de bens e serviços e dos meios de produção que interferem na dinâmica econômica regional. A contribuição do conceito de “cidade-região” não está restrita ao reconhecimento dos processos socioeconômicos e espaciais que integram as cidades aos seus contextos regionais. Diante do exposto Benko e Lipietz afirmam que:

De resto, o que é uma “região ganhadora”? Uma região que se afirma (do ponto de vista dos empregos, das riquezas, da arte de viver) pela sua própria atividade ou uma região que vive à custa das que perderam até mesmo de uma parte de seus próprios habitantes? Será a hierarquia das regiões a constatação de um êxito desigual (porventura provisório) ou a causa das vantagens de que desfrutam as primeiras, que seriam então os centros de uma periferia? (BENKO e LIPIETZ, 1994, p.5).

O espaço opera enquanto força produtiva de importância para a reprodução do capital à medida que dá condições para a dinâmica do capital produtivo. A aglomeração característica dos ambientes urbanos não é fecunda apenas para a reprodução do capital. Esta forma espacial apresenta-se enquanto possibilidade de relações entre as pessoas e os objetos que estas produzem.

O desenvolvimento diferenciado da produção sobre o espaço, maximizando vantagens locais específicas a cada produção, gera uma divisão territorial do trabalho a qual suscita a expansão da circulação de mercadorias e o aparecimento de um sistema viário que se sobrepõe ao antigo ou é criado, bem como elementos de infraestrutura (CORREA, 1997). Tal desenvolvimento suscita também o aparecimento em maior ou menor grau, de atividades de controle e apoio ao funcionamento da economia, isto é, visando assegurar a reprodução das condições e relações de produção.

As cidades médias podem ser identificadas no Brasil como “centros de intermediação”, adquirindo novos papéis frente à atual organização territorial (PEREIRA et al 2005). Para Corrêa (2007), os tipos preliminares de cidades médias podem ser: lugar central, centro de drenagem e consumo da renda fundiária e centro de atividades especializadas.

A circulação diferenciada do excedente cria uma hierarquia entre os lugares. Como as formas de utilização do excedente são decididas ora pelas empresas, ora pelo Estado essa hierarquia está em permanente mudança, em função das estratégias definidas por esses agentes, ao passo que a procura de lugares mais rentáveis por parte das empresas será uma constante. Portanto,

A produtividade espacial revela assim a existência de uma hierarquia de lugares, que se cria e recria em função de um movimento que é nacional e mundial. Haverá lugares que ofereçam às empresas uma produtividade maior ou menor em função das virtualidades, que provenham de intervenções políticas ou técnicas. (ARROYO, 2006, p. 78).

A produtividade espacial, assumida muitas vezes por cidades médias ou pequenas que entram na batalha da competitividade, evidencia uma questão de economia, mas, também, de política e do exercício do poder.

Essa rigidez tem conseqüências sobre a forma urbana, repercutindo sobre o tamanho da cidade e ampliando a tendência às especializações funcionais, com a desvalorização mercantil e o envelhecimento precoce de certas seções do espaço urbano (SANTOS, M., 2002).

As novas dinâmicas de consumo e produção que se estabelecem nos espaços urbanos e regionais influenciam e são igualmente condicionadas pelos arranjos territoriais e pela seletividade intra-regional contemporânea: de um lado, a desconcentração espacial de indústrias e de população que tem favorecido a exploração de novos “focos exportadores”, valorizando as diferenciações intra-regionais e não mais a região como um todo; de outro lado, a concentração de investimentos, considerando os novos requisitos locacionais da acumulação flexível.

A cidade brasileira, como um espaço contraditório por excelência (SILVA, J., 2005) ajusta-se as condições do mundo globalizado incluindo poucos, excluindo muitos num processo simultâneo. Baseados na crise estrutural do emprego em nosso país, com forte impacto nos municípios, é fundamental ampliar as atividades de serviços, considerando a forte presença do setor informal em nossa economia. Tais atividades estão concentradas, atualmente, em determinados eixos das cidades, através de grandes empreendimentos nas áreas centrais e sub-centros decorrentes da fragmentação da cidade.

Com a fundação das cidades no interior do Brasil, onde atualmente acontece a transformação da terra rural em terra urbana, há uma convivência entre as práticas conhecidas na produção da cidade e as novas tecnologias, tanto industriais quanto de

comunicação. Essa imbricação de práticas dá as cidades recentes, características mais modernas em relação ao que se pode observar em pequenas cidades com forte herança histórica. (SPOSITO, E., 2008)

No Brasil, ao mesmo tempo em que as cidades médias dinamizam vários pontos do território, elas também capitalizam os recursos de centros urbanos vizinhos. Enquanto muito deles enfrentam precárias condições de existência, as cidades médias polarizam as atividades e recursos e promovem o esvaziamento das funções tradicionais em outras cidades do seu entorno. Desse modo, os espaços da cidade média cada vez mais se sofisticam e se diversificam, enquanto grande parte dos centros menores se vê privado de equipamentos, empregos e condições de vida.

O setor terciário tem grande significado no âmbito das cidades médias, sobretudo na identificação redes geográficas que afetam diretamente às relações identificadas na estrutura territorial e estabelecem ligações das cidades médias diretamente com o exterior, sem a intervenção das esferas estadual e federal que freqüentemente apóiam tais atividades inerentes ao comércio exterior (PONTES, 2006).

A tendência atual é a que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda parte (SANTOS, M., 2002). Créditos internacionais são postos à disposição dos países mais pobres para permitir que as redes modernas se estabeleçam ao serviço do grande capital. Mas os lugares também podem se unir horizontalmente, reconstruindo aquela base da vida comum, susceptível de criar normas locais, normas regionais que acabam por afetar as normas nacionais e globais.

Portanto se alguns centros perdem nesse modelo de desenvolvimento comandado pelos agentes do capitalismo, outros saem ganhando, em conformidade com a lógica reprodutiva do capital (PONTES, 2006). São os espaços que em determinados momentos se mostram mais atraentes como objeto de investimento.

A cidade média é um importante nó na rede urbana (CORREA, 2007). O tamanho demográfico significa, para um mesmo contexto regional de renda e padrão cultural, maior ou menor economia de escala, envolvendo a cidade e seu espaço de atuação, possibilitando maior ou menor desenvolvimento de funções urbanas ou atividades básicas, direcionadas essencialmente para fora da cidade e de atividades não básicas, voltadas essencialmente para o consumo da própria cidade. Em resumo, maior o tamanho

demográfico e mais complexas as atividades econômicas, particularmente as funções urbanas, mais fragmentada e, por conseguinte, mais articulada será a cidade.

A importância da cidade média de Vitória da Conquista – Bahia e a drenagem de renda

A importância da Cidade de Vitória da Conquista como cidade média deve-se a vários fatores como a estrutura e diversidade de bens e serviços existentes constituindo-se em um pólo regional para o atendimento de necessidades da população local e regional. Pessoas vindas de cidades da região demandam por determinados tipos de serviços existentes na cidade e em muitos casos, isso ocorre porque não há o bem ou serviço desejado, ou necessário, na cidade de origem, ou pela opção em consumir na maior cidade da região. Nessa perspectiva, a procura e mesmo o acesso a determinado serviço dependem muito mais das condições econômicas da população do que da proximidade física.

A cidade em questão é, na maioria das vezes, um espaço de mediação entre as pequenas cidades e os grandes centros e serve de base de deslocamento para outras cidades dentro da região e outros centros. Funciona, assim, como nó na rede de fluxos de pessoas e mercadorias com destino dentro e fora da região e desempenha o papel de centro de crescimento econômico regional, uma vez que tem como atividade econômica preponderante o setor de comércio e de serviços.

O espaço intra-urbano da cidade torna-se mais complexo e segregado com a formação de bairros que se diferenciam de acordo o poder aquisitivo da população. Para atender a classe média são construídos shopping-centers, instalam-se revendedoras de automóveis e motos, alojam filiais de cadeias regionais e nacionais (Farmácia Pague-Menos, Hipermercado Bom Preço, Atacadão, Mc Donalds) e franquias (Boticário, Água de Cheiro, Elementais e etc). Essa dinâmica comercial favorece a permanência de destacados bancos privados e bancos de desenvolvimento, além dos públicos.

A chegada de novos moradores aumenta a demanda por serviços especializados e contribui para dinamização da economia. Surgem escritórios de advocacia, arquitetura, engenharia, cresce o setor de hotelaria para atender o fluxo de pessoas que se dirige a cidade. Geralmente próximos aos hotéis encontram-se lan houses e cafés. De acordo

com a pesquisa desenvolvida por Gusmão (2009), o setor educacional de ensino superior tem sido responsabilizado por avanços em diferentes ramos de atividades comerciais como: livrarias, restaurantes, imobiliário, construção civil, transportes e na propulsão das vendas de roupas, cosméticos e calçados, que se constituem em fixos. Além disso, os serviços bancários e de saúde tem sido fomentados.

A distribuição varejista e de prestação de serviços para as áreas menores entre outros fatores, faz com que haja uma drenagem de renda, salários e lucros para Vitória da Conquista. Diante do exposto, fica claro o importante papel que a cidade representa no contexto regional, exercendo uma centralidade em praticamente todos os setores e polarizando uma vasta área territorial. Em realidade esse fluxo para fora é, antes de tudo, uma condição para que a drenagem de salários, lucros e rendas possa realizar-se (CORREA, 1997).

A drenagem de renda regional contribui para a produção do espaço urbano de Vitória da Conquista – Bahia através também dos empreendimentos imobiliários destinados a residências e prédios comerciais e de serviços.

A produtividade espacial, assumida muitas vezes por cidades médias ou pequenas que entram na batalha da competitividade, evidencia uma questão de economia, mas, também, de política e do exercício do poder. As novas formas criadas para responder a necessidades renovadas, tornam-se mais exclusivas, mais endurecidas e funcionalmente, mais rígidas tanto do ponto de vista das técnicas implicadas como de sua localização.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Maria Mônica. **Dinâmica territorial, circulação e cidades médias**. In: SPOSITO, Eliseu Savério, SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, SOBARZO, Oscar (Org.). Cidades Médias. Produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BENKO, G. e LIPIETZ, A. "O novo debate regional". In: BENKO, G. e LIPIETZ, A. (Org.). **As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Lisboa: Celta, Oeiras, 1994.

BUSTAMANTE, Leonel Pérez; VARELA, Edison Salinas. Crecimiento urbano y globalización: transformaciones del área metropolitana de concepción, Chile, 1992-2002 **Scripta Nova. Revista electrónica de Geografía y ciencias Sociales**, Barcelona-Espanha, vol. XI, n 251, noviembre, 2007 Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br> Acesso em: 07 jun.2009

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Políticas públicas e promoção econômica das cidades. In: VALENÇA, Márcio Moraes, GOMES, Rita de Cássia da Conceição. **Globalização e desigualdade**. Natal: AS Editores, 2002

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). **Cidades Médias. Espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007

CORREA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

GUSMÃO, Adriana David Ferreira. **Espaço Regional e Ensino Superior em Vitória da Conquista – BA**. 2009. 109f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

KAYSER, B. A região como objeto de estudo da geografia. In: **A geografia ativa**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980

MONTE-MÓR, R. L. **O que é o urbano no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte. UFMG/Cedeplar, 2006.

OLIVEIRA JUNIOR, Gilberto Alves. Redefinição da centralidade urbana em cidades médias. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 20 (1): 205-220, jun. 2008. Disponível em: < www.seer.ufu.br> Acesso em: 24 fev. 2010

PIRES, Edson Luciano Silva. Mutações econômicas e dinâmicas territoriais locais: delineamento preliminar dos aspectos conceituais e morfológicos. In: SPOSITO, Eliseu Savério, SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, SOBARZO, Oscar (Org.). **Cidades Médias. Produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PONTES, Beatriz Maria Soares. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: SPOSITO, Eliseu Savério, SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, SOBARZO, Oscar (Org.). **Cidades Médias. Produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ROCHA, Fernando Goulart ; PIZZOLATTI, Roland Luiz. Cidade: espaço de discontinuidades. **ESTUDOS AVANÇADOS**. Instituto de Estudos Avançados. Rio Claro, 3(2), dez, 2005. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br.> Acesso em: 07 jun. 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo.** Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2002 (Coleção Milton Santos; 1)

SILVA, José Borzacchiello da. Estatuto da cidade versus estatuto de cidade – eis a questão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, LEMOS, Amália Inês Geriages (Org). **Dilemas Urbanos. Novas abordagens sobre a cidade.** São Paulo: Contexto, 2005

SPOSITO, Eliseu Savério. **Redes e cidades.** São Paulo: UNESP, 2008

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, ELIAS, Denise, SOARES, Beatriz Ribeiro, et al. O Estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). **Cidades Médias. Espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). **Cidades Médias. Espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007

WHITASCKER, Arthur Magon. Inovações tecnológicas, mudanças nos padrões locacionais e na configuração da centralidade em cidades médias. **Scripta Nova. Revista electrónica de Geografía y ciencias Sociales**, Barcelona- Espanha, vol. XI, n 245 (24), agosto, 2007 Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br> Acesso em: 07 jun 2009